

Colégio de líderes pode ser extinto

por César Felício
de São Paulo

A Câmara dos Deputados começará a estudar a partir desta quarta-feira uma proposta de revisão do Regimento Interno que extingue o Colégio de Líderes e institucionaliza a atividade de "lobista". As duas sugestões constam do parecer do deputado Prisco Viana (PPR-BA), relator da Comissão de Revisão do Regimento Interno, que apresentará seu trabalho amanhã.

De acordo com Viana, atualmente o Colégio de Líderes — que reúne um representante de cada uma das dezenove bancadas partidárias na Câmara — concentra todas as decisões sobre a tramitação dos projetos, "chegando a desfigurá-los, na busca de acordos" e inviabilizá-los em discussões no plenário. "Precisamos retornar ao sistema anterior, em que cada líder reunia a sua bancada para debater sobre os projetos, levando a posição do partido ao co-

nhecimento de todos os deputados", sugeriu o parlamentar.

Prisco Viana defende também que a Câmara cadastra os representantes de "lobbies" e grupos de pressão que atuam no parlamento. "É necessário que esta atividade seja transparente, já que atualmente interesses setoriais influem mais no comportamento dos deputados do que a posição dos partidos", argumentou, lembrando que "ruralistas, evangélicos, sindicalistas, empresários e outros grupos adquiriram tanta importância que em várias ocasiões o próprio governo negociou as matérias de seus interesses diretamente com eles, em detrimento dos partidos". Para Viana, uma nova lei partidária,

que impeça a proliferação de legendas de pouca expressão, será essencial para contrabalançar o poder destes grupos.

A posição de Viana foi apoiada pelo deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), para quem "o Colégio de Líderes transforma os deputados em meros apertadores de botão". Para o deputado José Genoino Neto (PT-SP), o atual regimento privilegia a negociação em torno de acordos pontuais, restrito a matérias determinadas, dificultando a formação de alianças amplas para a defesa de pontos programáticos. O Colégio de Líderes existe há cinco anos, tendo sido criado em decorrência de modificações no regimento após a promulgação da Constituição de 88.